



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — **JOAQUIM CARDOSO**

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: **Talaba — Lisboa** • Telefone: 5539

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

ANO III — N.º 822

PREÇO 5 CENTAVOS

Quinta-feira, 28 de Julho de 1921

A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA ANTE O PARTIDO COMUNISTA

O Conselho Confederal ratifica integralmente a nota oficiosa do Comité

O Conselho Confederal, prosseguindo a discussão da nota oficiosa do Comité acerca do manifesto do Partido Comunista, ratificou por unanimidade a seguinte resolução:

A reunião, a que presidiu Alberto Monteiro, delegado da U. S. O. de Coimbra, sendo secretário por Marvão, delegado da U. S. O. do Funchal, e Portela, delegado da Federação Corticeira, estiveram presentes 30 delegados representantes dos seguintes organismos: União dos Sindicatos de Faro, Povoas do Varzim, Coimbra, Porto, Braga, Oporto, Vila Nova de Gaia, Almada, Seixal e Funchal; Federações de Indústria da Construção Civil, Corticeira, Empregados no Comércio, Marítima, Couros e Peles, Mobiliária e Metalúrgica; Sindicatos Nacionais: Correios e Telégrafos, Arsenal da Marinha, Chaudron, Ferroviários do Sul e Sueste e Minho e Douro.

Miguel Correia, em questão prévia, lê um telegrama em que o Sindicato União Ferroviária do Porto comunica ter sido escolhido o camarada Joaquim Correia de Barros para representar aquele organismo na C. G. T. e pergunta se este telegrama é credencial suficiente para acreditar como delegado daquela entidade o camarada Correia de Barros, manifestando-se a assembleia favoravelmente.

Depois, e com consentimento da assembleia, o delegado Manuel Pimenta, em nome do sindicato dos Correios e Telégrafos, dá a sua adesão e aplauso ao Comité Confederal.

Respondendo a Joaquim Cardoso, o secretário geral salienta a acção revolucionária dos anarquistas do Porto.

Em seguida, o secretário geral da C. G. T. responde ao discurso de Joaquim Cardoso pronunciado na reunião de domingo. Manuel Joaquim de Sousa diz que Joaquim Cardoso foi nas suas declarações, mentiroso, chegando até a roçar pela denúncia. O orador diz que não há aqui luta entre anarquistas e comunistas mas apenas a marcação do lugar da organização operária independente de todo e qualquer partido político. Levantando as acusações de Cardoso aos anarquistas do Porto, diz que a sua propaganda se deve a organização da construção civil.

Cardoso e Vitor Martins:— Isso não é verdade.

O orador lembra que a construção civil do Porto estava nas mãos dos socialistas, e foram os anarquistas que foram minando, conseguindo criar uma corrente revolucionária nas três artes da construção civil, excepto dos pedreiros que ainda hoje se conservam refractários. Recorda ainda que foram os anarquistas dentro da 2.ª secção da U. O. N. que influíram na Federação da Construção Civil. A organização operária estava nas mãos dos socialistas, e a media d'uma anarquia, que então havia, conseguiu penetrar nesses redutos e derrotar-se com os socialistas.

Foi em virtude da crítica acerba e da acção dos anarquistas que a construção civil deixou de acompanhar o Partido Socialista no 1.º de maio, com os seus estandartes. Do Centro e Biblioteca dos Estudos Sociais, criado por anarquistas, saiu o primeiro comité sindicalista que conseguiu levantar a alma revolucionária dos operários, afastando-os da influência dos políticos e dos social-democratas, criando a União Geral dos Trabalhadores. Foi esta a obra dilatantista dos anarquistas do Porto!

A acusação de que a propaganda anarquista no Porto tem sido criminosa, feita por Joaquim Cardoso...

Cardoso (interrompendo):— Eles lá é que dizem.

O orador:— Pois vejamos lá. No Porto dizem, por sua vez, que a propaganda que lá vão fazer os delegados da construção civil é uma propaganda derrotista.

Como Vitor Martins estranhasse nesta altura que a C. G. T. tivesse respondido ao manifesto do Partido Comunista, M. J. de Sousa responde com energia:

— Porque o Partido Comunista, no seu manifesto, colocava a organização operária num plano secundário. (Apoiados). O Partido Comunista se arroga e esta não permite que qualquer outro partido a esgante. Enquanto a organização não estiver apta a tomar conta da produção, a revolução não está feita. Só nessa altura é que a classe trabalhadora conquista a sua carta de alforria. Isto levará tempo, é certo, mas levará tanto mais tempo quanto menos preparação nesse sentido se fizer.

Uma voz:— Não apoiado! (Risos).

O orador diz que a nota oficiosa não diz que o sindicalismo se basta a si próprio. Mas o que lhe falta, não pode ser dado pelo parlamento mas pela escola e pela Universidade Popular — porque é a cultura que pode dar ao sindicalismo a parte moral e intelectual.

Vitor Martins protesta porque se está a discutir o Partido Comunista.

O presidente lembra que a assembleia foi tolerante no domingo permitindo que Joaquim Cardoso defendesse o partido e a essas considerações que M. J. de Sousa está respondendo.

Proseguindo, o orador diz que o trabalho a realizar não é levar o técnico ou o intelectual para um partido político mas para a organização sindical. Enquanto não fizermos este trabalho estamos muito longe da revolução. O comité confederal já realizou trabalhos neste sentido. Os que acusam a Confederação de nada fazer, fingem não saber que a vitalidade da Confederação depende da actividade das Federações como a vida destas depende da actividade dos sindicatos. Se assim não é, porque razão a Federação da Construção Civil não tem mais vitalidade? O orador sabe bem que a culpa não é dessa Federação, por isso mesmo a não acusa ou censura.

Joaquim Cardoso:— Mas é preciso ir junto dos sindicatos.

O orador:— Muito bem, e já no Conselho Confederal foi isso resolvido. Mas o camarada Joaquim Cardoso sabe que para isso é preciso dinheiro e militantes.

Joaquim Cardoso:— Apoiado!

Joaquim Francisco, como velho militante operário não quer que o Partido Comunista venha desorganizar a classe trabalhadora.

A Manuel Joaquim de Sousa seguiu-se no uso da palavra Joaquim Francisco, que, depois de dizer que a Federação Nacional da Construção Civil deu já o seu apoio à nota, desmente que qualquer associação da sua indústria tenha desertado aderindo ao Partido Comunista. Consta que, como não podia deixar de ser, todos os organismos operários aprovaram a nota oficiosa por exprimir os princípios sindicais, salienta o abatimento das classes trabalhadoras, o seu indiferentismo pela sua vida associativa, dizendo que é supondo que a preparação imediata da revolução conseguirá despertar as classes trabalhadoras, que concordam com a organização de um partido político, mas reconhece que a organização sindicalista não deve imiscuir-se na política. Crê que, dentro da sociedade burguesa, não se pode fazer a educação do operariado. Nós não temos organização revolucionária para secundar a revolução que está iminente em outros países. O Partido Comunista propõe-se organizar revolucionariamente o operariado, e será tanto mais revolucionário quanto mais revolucionários forem os elementos que nele ingressarem. Como velho militante operário não deseja que o Partido venha desorganizar a classe trabalhadora, julga também conveniente uma organização revolucionária extra-sindical para que, ingressando nela, os intelectuais e os técnicos possam dar a sua cooperação à causa, convencido de que essas classes não veem, sem uma ponte de passagem, para a Confederação Geral do Trabalho. O orador não quer que se imita a Rússia. Quer que se faça o melhor que for possível. Concorda em que é a pouca cultura do operário que faz com que os sindicatos não correspondam à acção que deles se espera. Mas é preciso que a Confederação os faça mexer. Termina declarando que continuará a defender a organização operária mas não considerará traidores aqueles que entendem útil uma organização revolucionária política para preparar e apressar o acto revolucionário.

Miguel Correia apresenta uma moção pela qual o C. C. resolve aprovar a nota sem restrições.

Na mesa é lida a seguinte moção apresentada por Miguel Correia e que a assembleia admite ficando na mesa para discussão:

Considerando que o Comité Confederal ao fazer publicar a nota oficiosa do dia 17 do corrente, usou do direito que lhe é conferido pelo n.º 2 do artigo 17.º do Estatuto Confederal;

Considerando que o uso desse direito teve por fim afirmar os princípios sindicais preconizados pelo Congresso Operário de Coimbra, que criou a C. G. T. afirmando simultaneamente a autonomia da Organização operária;

Considerando que se acham aclarados todos os pontos da referida nota oficiosa, não só pela declaração do Comité Confederal, como pelas declarações dos organismos operários confederados;

O Conselho Confederal resolve:

Aprovar a nota oficiosa publicada em A Batalha do dia 17 do corrente, sem restrições, visto ali serem defendidos os pontos de vista da classe operária organizada, pontos de vista estabelecidos pelos Congressos Operários, e por se ter reconhecido não haver actuação pessoal alguma na redacção da mesma nota.

Carlos Freire requer, sendo aprovado, que seja dado o assunto por discutido sem prejuízo dos oradores inscritos.

Abel Pereira, delegado do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional diz que em virtude dos oradores estarem emitindo as suas opiniões pessoais, que também emitirá a sua. Folgou que a C. G. T. mantivesse na sua nota os princípios sindicais. Reconhece como inevitável a revolução, e quer que ela encontre a organização operária bem

robustecida. Se o operariado russo estivesse melhor organizado, crê que a revolução teria sido mais benéfica.

Individualmente declara-se satisfeito com a atitude da C. G. T. e aprova a moção que está sobre a mesa.

Continua a discussão de ideias emitindo outros delegados as suas opiniões pessoais.

Gil Gonçalves, delegado da U. S. de Oporto, expõe a sua concepção de revolução social, critica a acção da C. G. T. e a sua competência, e diz achar conveniente e útil o Partido Comunista.

Carlos Silva, delegado da U. S. de Faro, diz que não se tem apreciado a nota oficiosa do Comité Confederal, mas discutido ideias. A discussão não foi colocada no seu devido pé, não se fez a directriz devida. Quer que a reunião a questão da nota oficiosa, se realize uma, duas, ou quantas reuniões, para discutir a discussão de princípios, a ver quem tem razão: se os anarquistas se os comunistas.

Como Joaquim Cardoso apoiasse as suas considerações profundamente libertárias, o orador diz que esse acordo de Cardoso confirma a sua convicção de que o que tem irritado a questão não são as divergências de ideias mas o excesso de nervos dos oradores. Se no domingo um taquígrafo tivesse reproduzido textualmente o discurso de Joaquim Cardoso, este, ao lê-lo, repudiaria-o. O orador continua manifestando-se contra a ditadura do proletariado e insistindo na necessidade de se discutir e confrontar as ideias anarquistas e marxistas a que agora se dá o nome de comunismo.

Marcelino da Silva, da U. S. de Vila Nova de Gaia, começa por declarar que concorda em absoluto com a nota e deseja que as ideias se discutam mas fora da Confederação. Afirma mesmo que se o Comité Confederal não tivesse respondido como respondeu ao manifesto do Partido Comunista, é que ele teria razão para protestar.

Depois o orador, expondo as suas ideias pessoais, diz não desejar a ditadura mas tem-na como inevitável. Diz ainda que quando o operariado tiver a educação que Gil Gonçalves quer que ele tenha não é preciso fazer revolução, pois ela estará naturalmente feita. Diz que é precisa a colaboração dos técnicos na obra de reconstrução. Conclui dizendo ser adepto do Partido Comunista mas não ser parlamentarista. Nele estará até que se convença da sua inutilidade.

Volta-se a fazer cavalo de batalha da palavra «videirinhos» e não se discute a doutrina da nota do Comité.

Alfredo Lopes, da Federação da Construção Civil, diz que esta sessão como a anterior tem sido verdadeiras sessões de propaganda do Partido Comunista. Censura a tolerância com que os membros do Conselho Confederal têm consentido que os adeptos desse partido façam a propaganda das suas ideias que devem ser discutidas sim, mas numa reunião dos militantes. Diz que a nota da Federação da Construção Civil publicada na Batalha foi feita pelo orador, porque Joaquim Cardoso não quis ou não pôde fazer, e exprime a verdade das resoluções tomadas. Refere-se ao facto de Alberto Monteiro, tendo considerado que a palavra «videirinhos» empregada na nota, não se referia aos militantes comunistas, rejeitar a nota na U. S. O. e vir declarar ao Conselho Confederal que aprovava a nota com a condição de se retirar dela a palavra «videirinhos».

Alfredo Pinto, delegado da U. S. de Braga, diz que a discussão da nota não tem sido feita com lealdade. Os que não gostaram dela, agarraram na palavra «videirinhos» e a fazer cavalo de batalha. A discussão da nota na sua estrutura não foi feita, por isso apresenta a seguinte proposta:

Depois de devidamente discutido o assunto destas reuniões do Conselho Confederal, isto é, a apreciação da nota oficiosa da Confederação Geral do Trabalho e vendo que nela só contém matéria sindical, e nenhuma forma insultuosa para os verdadeiros camaradas da organização operária que no partido comunista tem dado ingresso, o Conselho resolve apoiar a referida nota dando por esta forma como terminada a discussão do mesmo.

Alfredo Matos diz que a comissão administrativa da Federação Metalúrgica entendeu que a palavra «videirinhos» da nota visava os militantes operários que ingressaram no Partido Comunista visto que a nota era em resposta ao manifesto desse Partido. Diz que os comunistas não são marxistas. São o mesmo que tem sido até aqui.

M. J. de Sousa (em aparte). Afastaram-se um pouco...

O orador:— Não se afastaram. Conosco corpos directivos dos seus comités. Mas terão de se afastar se a C. G. T. começar a distinguir comunistas e não comunistas, recusando aqueles para os cargos de propaganda ou de organização.

Vitor Martins, delegado da U. S. do Seixal, diz que quando se faz espalhar que os comunistas querem engalhar a organização operária, é porque a organização operária tem medo do parti-

do comunista (risos e protestos). O orador diz concordar com a nota, mas repudiou a palavra «videirinhos».

Marvão, delegado da U. S. do Funchal, declara que, não tendo recebido comunicação do organismo que representa, cumpre aprovar a nota por a sua doutrina estar conforme com as resoluções dos congressos sindicais.

A moção de Miguel Correia é aprovada por unanimidade.

Manuel Joaquim de Sousa, como secretário geral, esclarece que, quando disse há pouco que os militantes comunistas se afastaram, não se referia ao seu afastamento da organização mas do critério, da orientação e dos princípios preconizados pelo sindicalismo.

Quando à palavra «videirinhos», afirma mais uma vez que aquele período está na nota como uma afirmação de um princípio que tem sempre sido preconizado pela organização sindical.

Esgotada a inscrição dos oradores, vão ser votadas a moção e a proposta de Miguel Correia e Alfredo Pinto, respectivamente.

Aprovada a prioridade para a moção e aprovada também a votação nominal, verifica-se que a moção é aprovada por 21 delegados, havendo declarações de voto das U. S. O. de Coimbra e do Seixal, constituindo na rejeição da palavra «videirinhos».

O voto da Federação Metalúrgica foi suspenso até que o Conselho Confederal se pronuncie sobre a nota e isto em virtude de um dos delegados aprovar a nota na íntegra, e o outro aprová-la com exclusão da palavra «videirinhos».

Antes de se encerrar a sessão, que se fez à 1.30, foi apresentada por M. J. de Sousa e A. Aleixo de Oliveira a seguinte moção que foi aprovada:

O C. C. relativamente ao conteúdo do ofício da U. S. O. de Lisboa, espera que este organismo reconsidere e torne publico o seu voto, coerente com os princípios sindicais e com as decisões do Congresso de Coimbra.

As casas de repouso na Rússia.

VIENA, 23.—Festiveu-se no dia 20 de Junho em Petrogrado o primeiro aniversário do estabelecimento das «Casas de repouso» para os operários. Existem actualmente 50 na província de Petrogrado. 80 % dos operários aproveitaram este ano de descanso, tendo sido bem manifestos os resultados obtidos para a sua saúde. —Rosta Wien.

Sotopos às províncias russas que tiveram uma má colheita.

VIENA, 23.—O conselho superior de economia nacional da Rússia organizou já uma comissão para socorrer as províncias que este ano tiveram uma fraca colheita. Resolveu-se desenvolver a pequena indústria nessas províncias, sendo os artigos comprados pelo Estado por meio de produtos alimentares. —Rosta Wien.

O desastre das armas espanholas.

Enquanto houver sociedade capitalista haverá guerras e pilhagens.

A guerra é irmã da sociedade capitalista. Enquanto meia dúzia de homens governarem em seu proveito ou aos outros pertence, enquanto um grupo de homens tiver do seu lado a força armada para poder arrancar, a golpes de baioneta, a presa de outro grupo adverso, o povo trabalhador, o escravo de sempre, será arremessado, segundo a vontade onipotente dos senhores, contra os escravos que defendem outro senhor ou senhores. E as vítimas são sempre os escravos.

A Espanha, ou melhor a alta finança espanhola, tem todo o interesse em lançar mão de Marrocos, em prolongar a Espanha, o seu domínio pelas terras de África, que lhe ficam próximas. Há anos já que a Espanha envia os seus escravos, trabalhadores militarizados, para o norte de África, a fim de se apoderar de Marrocos. Os marroquinos, porém, tem oferecido uma resistência desesperada. Entretanto, os jornais burgueses da vizinha Espanha anunciam, em grossos caracteres, que as heroicas tropas, batendo-se pela pátria, alcançam sucessivas vitórias.

Há dias, porém, a sorte foi adversa para a Espanha. As tropas indígenas que estavam ao serviço do general Silvestre aterraçaram-nos.

Como se deu o desastre.

Segundo rezam as notícias oficiais sempre confusas e das quais infelizmente ainda nos temos de servir, o caso passou-se assim:

Como se achassem comprometidas as forças que guardavam Igueriben, o general Fernandez Silvestre saiu rápida-

mente em socorro da posição à frente de forças regulares e do regimento de Alcántara; mas impediram que esta resolução fosse eficaz as forças adversas, devidamente entrencheadas.

Em face disto foi ordenada a evacuação de Igueriben, depois de inutilizar o material que as forças não podiam levar.

A retirada foi sangrenta. As tropas refugiaram-se em Annual, onde se dirigiu também o general Silvestre, constantemente hostilizado pelas forças inimigas, muito superiores em número a elementos com que contava o comandante, perfeitamente armadas e em condições excepcionais para o combate. Uma vez refugiados em Annual, o general Silvestre e as forças às suas ordens, o inimigo cortou-lhes as comunicações e linhas de abastecimento. E quando não restavam ao general Silvestre mais munições do que as necessárias para um combate, ante uma situação comprometida e a rude peleja iniciada, sabe-se que reuniu os chefes e determinaram evacuar Annual.

Assim se decidiu, sem que até agora se confirmasse a notícia de que o general Silvestre, depois de dirigir a retirada e de ter posto a salvo os elementos que pôde, se tivesse suicidado.

As baixas são numerosas e não podem precisar-se por enquanto, nem se sabe tampouco, dum modo concreto, se o general Navarro, que em Dar-Drius reuniu as forças procedentes desta retirada, conseguiu que se tornassem a concentrar.

Cita-se entre as baixas os coroneis Morales e Manella, o tenente-coronel Manera, e o comandante da Intendência Pedro Hernandez.

COISAS DO ARCO DA VELHA!

Interessantes revelações sobre a falta de água

O sr. Alberto Tota realizou a sua conferência na sede da União dos Sindicatos

Por menores crimes que os da Companhia estão muitos desgraçados na Penitenciária!

Como anunciámos realizou-se ontem, com grande número de assistentes a conferência do sr. Alberto Tota, Pelas 22 horas foi aberta a sessão, Eduardo Jorge, que preside, diz que tendo a comissão falado com o sr. Alberto Tota este se prontificou a vir dizer o que sabia sobre a questão das águas. Já se ouviu o sr. Carlos Pereira, director da Companhia, que pouco ou nada adiantou. Ouvir-se não todas as pessoas competentes a fim de se ficar conhecendo a questão a fundo.

Dá em seguida a palavra ao sr. Alberto Tota, vereador da Câmara Municipal.

O sr. Alberto Tota sentese bem entre operários — A Câmara entregou tudo à Companhia das Águas.

O sr. Alberto Tota diz que o seu temperamento liberal se satisfaz com o convite da U. S. O. A classe operária deve interessar-se pelos graves problemas que afectam os que trabalham. Os republicanos criaram uma oligarquia pior do que a da monarquia. Não é o caso político que o traz aqui. O seu dever não é andar para traz. Sabe que o caminho é para a frente.

Diz que não representa a Câmara. Não quer ter solidariedade com a casa do Pelourinho. Foi ali que nasceu o terrível aborto, que é contrato das águas. A Câmara andou pessimamente, a Companhia igualmente.

Vai tentar explicar o seu modesto trabalho dentro da questão. A Câmara entregou tudo à Companhia.

Primeiro: vai explicar o contrato de 1868. Segundo: que o novo contrato em nada vem melhorar os serviços de abastecimento da cidade. E terceiro: vai dizer qual é a sua opinião para resolver o problema.

O grande argumento da Companhia reside na afirmação de que cumpriram todos os contratos e portanto nem o Estado nem a Câmara nada mais tem a exigir. Ele afirma que a Companhia mente. Os contratos de 1868 e 1898 foram farrapos nas mãos da Companhia. É preciso saber-se a quem pedir a responsabilidade de se estar fazendo a fome de água em Lisboa.

O artigo 10.º do contrato de 1868 diz que o governo concede à empresa, durante 99 anos, a posse das águas, etc. Mas a Companhia obriga-se a trazer novas águas a Lisboa.

A Companhia diz que tem o monopólio, mas diz também que não pode dar mais água.

Quem não pode arrear. (Um aparte:—Acabe-se com o monopólio!)

O orador diz que assim deve ser. E os republicanos, que tanta propaganda fizeram contra os monopólios, apenas os tem fortalecido.

Irá ao comício, à praça pública, até às classes trabalhadoras para dar o grito de alerta.

A Companhia responsável pela epidemia de 1912 — A Companhia responsável pela morte de 254 pessoas.

A Companhia é obrigada a conservar a pureza das águas. Ela é responsável, portanto, pelos crimes de 1912. O dr. Ricardo Jorge e outros higienistas mostram que a responsabilidade de várias epidemias cabe à Companhia.

A inquinação de 1912 é apenas da responsabilidade da Companhia, devido à sua incuria. Ela não contestou o relatório de 1912 que a acusa de ter deixado inquirar as águas.

Houve quando da epidemia 2.615 casos e 254 mortes.

Pede à assembleia que escute o que diz o relatório do sr. Ricardo Jorge e outros higienistas distintos. Lê várias passagens onde se diz que a Companhia impediu algumas vezes que os subdelegados de saúde visitassem os reservatórios. Também diz o relatório que não há em Lisboa água pura. As águas do Alviela estão sujeitas a várias oscilações, a súbitas invasões de bactérias. As fendas do aqueduto dão acesso a todas as impurezas. No inverno chegam a tornar-se lodosas e amarelas.

Os srs. Gonçalves Marques, Betencourt e outros dizem que parte do aqueduto está a descoberto. Em 1893 as águas do aqueduto da Fonte Santa foram cortadas porque recebiam escorrências de dois lavadouros. Várias águas recebem escorrências e imundícies.

— Isto é o que os senhores bebem! — exclama o orador.

O Alviela, de que o sr. Aníbal Lúcio Azevedo, Carlos Pereira dizem maravilhas, não está ao abrigo de inquinações.

O que Lisboa bebe! — O sr. Tota desafia o sr. Carlos Pereira a contestar as suas afirmações.

O aqueduto da sacção que vai até a Amadora, tem pontos onde correm escorrências que valem de cano de es-

gôto. Desafia o sr. Carlos Pereira a rebater aquelas afirmações.

Não é ele, orador, que o afirma: são os srs. Gonçalves Marques, Ricardo Jorge, Betencourt e outros homens de ciência, de confiança.

Continua a leitura do relatório. Foram encontradas outras infiltrações. Na Porcalhota é que se verificava maior desleixo.

— Está a confirmar o nome — diz o orador.

Disse ele, orador, ao sr. Aníbal Lúcio de Azevedo, que foi ao pic-nic do Alviela, que ele não iria a esse pic-nic porque confiava plenamente nos relatórios dos higienistas.

O chafariz de Dentre, em 1912, segundo o relatório, comunicava com o cano de esgôto. O cano e o reservatório comunicavam sem resguardo.

As águas do Tejo também invadiam o mesmo reservatório. O reservatório recebeu largamente excrementos e águas do Tejo. E esta água espalhou-se por toda a cidade, provocando a epidemia.

Acusa a Companhia com documentos. Acusa a Companhia do tremendo crime de ter morto 254 pessoas em 1912 com a tal epidemia. Crimes destes expiam-se na Penitenciária, onde outros estão por menores crimes.

Viria da Alemanha a água do Alviela? — A história dos contadores — A responsabilidade de muitos incêndios cabe à Companhia.

A guerra tem servido para tudo e está desconfiado de que a água vem da Alemanha.

Quando se pede à Companhia contadores ela diz que não tem desculpando-se com a guerra.

No entanto leem-se anúncios de casas comerciais oferecendo contadores. Isto significa que a Companhia tem terceiros que vendem os contadores pelos preços que entende.

A igreja de S. Mamede ardeu porque durante 4 horas faltou a água.

O fogo do Alto de Santa Catarina também devia pesar na consciência do sr. Carlos Pereira.

Com que direito diz a Companhia: se não morremos à sede morremos queimados?

Se não nos pode fornecer a água que largue o monopólio.

A Companhia tem interesse em que não entrem em Lisboa mais de 30.000 metros cúbicos.

As águas do Alviela são computadas em 30.000 metros. Se o Alviela trouxer mais de 30.000 metros tem que distribuir pela Câmara e pelo Estado. Eis porque vem a estiagem... Ela nunca pretende trazer mais de 30.000 metros.

As águas de Belas devem ser entregues à Câmara e ao Governo, e produziam 2 a 3.000 metros diários. Conseguiu a Companhia, porque as águas entravam no aqueduto das Águas Livres, captá-las e vendê-las ao público.

Como a letra do contrato diz que os lucros líquidos que deem mais de 6 % serão distribuídos pelo Estado e pela Câmara, nunca houve lucro superior a 6 %.

Tem pena que o delegado do governo não esteja presente. Os documentos com que acusou a Companhia deixam nas mãos do presidente para quem os queira consultar.

Até 1914 a Companhia era pródiga em publicar mapas. Até Abril verificase que as águas não atingem mais de 900.000 metros cúbicos. E no período em que a Companhia diz começar a estiagem é que os números por meses passam dum milhão.

Como se vê nos meses da estiagem, até Outubro, é que a água aumenta. E nos períodos das chuvas a água vem em menor quantidade.

A Companhia não quer gastar combustível para elevar as águas — Faz-se a fome de água!

A fome da água faz-se em Lisboa. Porque no inverno a Companhia não gasta combustível. E o Alviela com a sua própria força que eleva a água. De verdade eleva-se à custa de combustível. Se não há água é porque a Companhia quer meter no cofre o dinheiro do combustível. Não quer gastar combustível.

O que a Companhia quer é arrancar o contrato, aterroçando os habitantes. Não faz afirmações gratuitas, as suas afirmações são todas documentadas.

É realmente lamentável que estando a Câmara sempre ao lado da Companhia, esta ainda pegue nos pratos e lhe dê com eles na cara.

É caricato que o sr. Carlos Pereira venha dizer que foi para evitar os desperdícios de tantos milhões de metros,

